

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## **MAFRA. O MONUMENTO.**

CHAVES, Luís

Ano: 1963 | Número: 73

---

### **Como citar este documento:**

CHAVES, Luís, Mafra. O Monumento. *Revista de Guimarães*, 73 (1-2) Jan.-Jun. 1963, p. 155-174.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães

E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)

URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

# M a f r a

## O Monumento

*O que significa na arte nossa: para a nossa terra:  
e nossa panorâmica architectónica.*

---

Por LUÍS CHAVES.

**I. MAFRA:** não se trata da história do convento joanino de Mafra. Está feita (1). O que falte não passará de pormenor ou de confirmação do que já nos é conhecido. Nem tão-pouco é oportunidade para coleccionar apreciações ou depreciações, algumas destas cruelmente famosas (2), do monumento, pleno de majestade.

---

(1) João Paulo Freire (Mário), em *Bibliografia de Mafra*, com o subtítulo de «Historia, Bibliografia e Notas», Lisboa, 1925, dá-nos que farte a notícia bibliográfica e o comentário dos autores de referências ao convento. Aires de Carvalho, Conservador do Palácio-Museu de Mafra, historiou com o poder determinante dos conhecimentos adquiridos e sentidos, ampliado pela sugestão forte do intimismo inculcado em quem vive no Museu e no convento-paço: — *A Escultura em Mafra* (Documentário Artístico), Mafra, 1950.

(2) As depreciações, feitas por Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco, são impressionantes em inteligências de tal quilate, e mais ainda pelo poder de sugestão pessoal provocada em nacionais e estrangeiros, que viram ou não o convento e falaram dele. Recordemos apenas as frases dos dois escritores mencionados, que os outros não passaram de más-línguas de política demagógica, oportunizada na descrição literária ou oratória do convento. Chamou-lhe Herculano «uma bagatela maravilhosa», o que já não é mau de todo, e «uma sensoria de mármore». Camilo: «pia parvoíce»! Ignoremos Pinheiro Chagas («Mafra hoje é o jazigo do grande cadáver»; — o «grande cadáver» ainda é menos do que poderia dizê-lo o historiador naquele fantástico «hoje!»), e também, com mágua o digo, Ramalho Ortigão, para quem o convento não foi mais do que «um prédio magnífico».

O objectivo presente é muito mais modesto, se modestia pode haver em seu sentido comum, quando se trate de matéria de investigação científica ou artística: — é, nem mais nem menos, a observação das influências nacionais recebidas e das que foram emitidas pela chamada «Escola de Mafra». E aceitemos por esta designação o conjunto da obra artística, realizada em Mafra, especial e fundamentalmente por arquitectos e escultores, tanto nacionais como estrangeiros (1). Ainda, particularmente, nos ateremos ao campo da arquitectura, um dos valores primordiais da lição preciosa da «Escola», que mais tem sido observada pelas consequências escultóricas. Quando, em seguimento, concluída no essencial a obra de Mafra, os cooperadores passaram a trabalhar de preferência em Lisboa (2), a «Escola de Lisboa» surgiu como sucessora da de Mafra, o que era verdade real. O momento era e foi decisivo. Lisboa caíra em ruínas, provocadas pelo terramoto de 1755. Quem tinha as primeiras palavras e a acção decisiva na reconstrução da Capital eram os architectos; os da experiência duradoura de Mafra tinham a primazia, nacionais ou estrangeiros que fossem, visto que ofereciam a novidade artística e a formação necessária na melhor escola, que é a da prática experimental com os mestres adequados.

**II.** Antes de mais, procuremos responder a esta pergunta: — o risco, o primitivo ou o definitivamente aprovado, ou mesmo ambos eles, teriam tido em conta valores architectónicos portugueses, a formarem já corrente aceite e continuada, desta maneira pertencentes nesse tempo à nossa paisagem edificial? Parece-nos que temos de responder afirmativamente.

A planta sumária do convento de Mafra é quadrangular. Não de um quadrado linear, mas formada por larga

---

(1) Correntemente, quando se faz alusão à «Escola de Lisboa», tem-se na atenção apenas a obra escultórica, em particular a de Machado de Castro, a sua oficina e os colaboradores, rivais ou não.

(2) Terminada a concentração dos trabalhos de Mafra, foram convocados e aproveitados em Lisboa muitos dos que lá convergiram, estanciam e aprenderam. A grande oportunidade foi o terramoto de Lisboa em 1755; convocou-os então a necessidade de reconstruir Lisboa e os seus edificios, religiosos como profanos.

faixa dobrada e cantonada em quatro ângulos, com regularidade geométrica. Consideremos que o interior deste quadrado é por inteiro vazio; ponhamos de parte os pátios em que se divide o grande vão, e olhemo-lo como se todo ele estivesse livre e uno.

A fachada principal volta ao Poente. Seguida sempre na mesma aprumada, sem repararmos nas reintrâncias e nas saliências da formação artística, observe-se a presença dos dois torreões dos extremos a Norte e a Sul.

Aqui estão duas funções arquitectónicas de carácter arbitral: 1.<sup>a</sup> — o terreno central vazio, como pátio de honra ou de cerimónia, não interessa notar se aproveitado como tal ou com aplicações diferentes: 2.<sup>a</sup> — a existência dos dois torreões coruchados, com a função dupla de remate cantonal a uma frente extensa, e já por si ritmada em variações de volume; estes dois torreões volumosos, prismáticos, ressaem fortemente da fachada frontal e das fachadas laterais a que servem de nó comum com aquela.

Ora nenhum destes dois elementos funcionais foi novo. Pelo século xvii adiante, encontramos edifícios apalaçados, em todas as províncias a Norte do Tejo, com a fachada principal estendida entre duas torres; mantém-se o tipo no século xviii. As torres, muitas vezes, transformaram-se circunstancialmente em pavilhões ou capelas, na mesma colocação e com as características de commandamento em altura e ressalto, que tiveram os torreões; os coruchéus conservam-se, mais ou menos modificados, e disfarçados ou transformados, por exemplo, em forma de frontão, quando o volume turriforme foi substituído por fachada de capela e esta recebeu a sua função própria na mole do edificio.

Se encontrarmos a disposição seiscentista destas particularidades com as dos solares anteriores, de origem medieval, bem como as dos tempos que se lhes seguiram e as mantiveram, concluiremos que os torreões provieram das torres militares, verdadeiras defesas das casas nobres a que estiveram agregadas. Antigos solares e paços conservaram as torres de garantia militar e acrescentaram ao edificio, em tempos de pacificação e segurança, torreões mais decorativos e mais intimamente familiares no convívio doméstico do que as torres ameadas com objectivos militares. O planeamento do convento de Mafra não trouxe, pois, inteira novidade. Novidade houve no apro-

veitamento e na adaptação do modelo antigo à grandiosidade monumental de Mafra, ao apoio estético e construtivo a fachadas extensas e de angulações rígidas.

Houve, e há, exemplares seiscentistas e setecentistas, em que os torreões sobressaem da fachada fronteira, e dão encosto a galerias-mirantes das fachadas laterais, assim, por esta forma, aliviadas e airosas. Também, frequentemente, a fachada é aberta em galeria, não faltando as torres ou os torreões.

Tal qual nos castelos e praças de guerra, e muito influíram nos paços acastelados da nobreza, senhora de terras a defender, estas moradias de gente militar, autênticos núcleos de resistência e atalaia, tinham seus pátios interiores. Serviam, como os terreiros de castelos, para as necessidades dos habitantes e para as eventualidades militares. Desnecessárias precauções de defesa, os pátios continuaram a servir as exigências caseiras, com a participação de jardins, áreas de jogos de destreza, etc. E não só a segurança impôs tal disposição construtiva; os claustros conventuais, que outra coisa foram senão espaços ao ar livre no interior dos conventos e mosteiros, defendidos do exterior e apropriados a recreio e espraimento temporal dos monjes? Até o tanque central, fornecedor da água necessária, ou o poço quando não a mina de nascente, o jardim decorativo, exposto aos olhos e à recreação espiritual da natureza florida, sincronizam o uso e o objectivo nos dois casos: o do mosteiro, com os seus habitantes permanentes, em grei religiosa, e o dos solares militarizados, com a família e o pessoal de serviço.

\*

O convento de Mafra não destruiu ou inovou estas estruturas da tradição. Aproveitou-as. Deu-lhes outras funções íntimas e complementares: o espaço interior, pertencente à comunidade religiosa; o aspecto exterior, com as particularidades estéticas de construção, de apresentação e de diferenciação decorativa; especial cuidado posto na frontaria, com a basílica ao centro, e tão compassada como salmo de glória; os torreões de coruchéu amolgado em forma de borla magistral, nos extremos da longa fachada nobre.

Quando Ludovice, o construtor do convento, foi chamado a estudar e apresentar o plano da obra projectada, já de há anos trabalhava em Lisboa no seu officio. Teve tempo de observar qual era o gosto manifesto dos Portuguezes no tipo architectónico dos edificios nobres; e tê-lo-ia feito, como creio estar à vista e à consideração de quem prestar atenção imparcial e inteligente ao que são, como se observam, a traça e os aspectos do monumento. Que lhe pesasse a influencia italiana, pois que vivera em Roma antes de vir para Lisboa em 1713, não pode provocar estranheza. Italianizou o nome; do alemão Ludwig, de sua naturalidade, passou por adopção a Ludovici, até à forma portuguesa em Ludovice. Carlos de Passos na monografia de *Mafra*, inserta na segunda série de *Monumentos de Portugal*, em 1934, estuda a preferência dada a Ludovice, e, aludindo à permanência já suficientemente longa, afirma: — «Já Ludovici largamente conhecia os bons costumes do país, pois nele vivia desde 1713» (1). Além dos «bons costumes» pôde averiguar quais eram os gostos manifestados no tipo ou nos tipos afins da moradia nobre em Portugal. A grandiosidade do convento de Mafra apresentava mais que os edificios contemporâneos a imponência do período joanino, tão representativo no mundo português como em plena Europa, onde a política internacional de D. João V expandia o prestígio nacional. O edificio de Mafra aproveitou em grandeza e magnificência o que era o paço, palácio ou solar, português. A magnificência imponente foi hauri-la nos modelos neo-clássicos de Roma, por ele bem conhecidos.

A novidade por excelência insistiu na apresentação da basílica, — Real Basílica, — colocada cenográficamente ao centro, com a fachada entre altas torres sineiras, esguias, elegantes, no alinhamento da frontaria conventual; de entre elas impõe-se, no lugar próprio, como tiara em cerimónia, o zimbório majestoso entre a guarda aprumada e hirta, que lhe formam à frente as torres. A presença do zimbório tem sugerido aos críticos do convento a afir-

---

(1) Carlos de Passos, *Mafra*, em *Monumentos de Portugal*, N.º 1, Série II, Porto, 1934, pág. 30; veja-se também aí a nota 2, na mesma página. O autor faz um estudo muito completo do monumento e da sua história.

mação da italianidade plena, sobre tudo romana, que o dominou. Não o é menos a movimentação dos planos e dos volumes. Adiante.

Para cá das influências portuguesas e das que o monumento disseminou de si e por si, em umas e outras formou o nó estrutural e construtivo, que ele constituiu.

**III.** Observemos a área quadrangular, depois rectangular em outros edifícios, de Mafra. No convento de Mafra, o pátio central está fechado entre as quatro faces ou muralhas maciças da construção. A frontaria ou fachada principal, a que tudo o mais se subordina, estende-se ostensivamente no primeiro plano. Notem-se os dois empates arquitectónicos, necessários à sequência das considerações até aqui desenvolvidas: 1.<sup>o</sup> — o pátio encerrado na estrutura do edifício; 2.<sup>o</sup> — a fachada nobre, aberta, no primeiro plano com os *torreões* terminais. Convém acrescentar outro factor decisivo, que é a *frente da basílica* ao meio da fachada, com seus múltiplos valores mestres de equilíbrio estético, de primícia religiosa, de nobreza atractiva, de sociabilidade plenamente aberta, completados pela intenção decorativa, mais ou menos cenográfica, pelo aproveitamento de todas as capacidades intrínsecas e externas.

\*

Em Lisboa, está o Palácio Real, hoje oficialmente *Palácio Nacional da Ajuda*. De planta quadrangular, fechada, embora a construção tivesse ficado interrompida até hoje, estando de pé as faces viradas ao Nascente e ao Sul; fachada principal entre dois torreões nos extremos, com o pórtico central onde em Mafra está o da basílica, encimados ambos igualmente pelo frontão triangular, inteiro, neoclássico. Aí temos um edifício em que trabalharam homens da «Escola de Lisboa», e valores arquitectónicos de Mafra se impuseram.

\*

O terramoto de 1755 destruiu o *Paço da Ribeira*, que D. Manuel I mandara construir no século xvi. A grande

esplanada, em face do edifício, por tal motivo conhecida ainda hoje pelo topónimo de «*Terreiro do Paço*», abria inteiramente para o Sul, diante do rio Tejo. Urgia reconstruir a Cidade, incluindo na restauração o Terreiro do Paço, mas actualizando-o e adaptando-o às exigências urbanas e às solicitações da paisagem fluvial da «Baixa» (a Cidade Baixa) que ia ser reconstituída por novo plano e orientação adrede estudada.

Modelo? A adaptação do plano do convento de Mafra! Poderá provocar espanto. A primeira reacção será de estranha repulsa. Mas vejamos.

O Terreiro do Paço era uma praça enorme, aberta para o Tejo; servia as comunicações e o trânsito N.-S. com e pelo rio, e, em terra, entre o Nascente e o Poente; além de campo destinado secularmente às grandes solenidades públicas e a recreio geral, o Terreiro havia de ser utilizado como núcleo ou principal nó das comunicações citadinas. Convinha também aproveitá-lo por inteiro, sem inutilizar a amplidão da praça; o paço manuelino estendia-se pelo Poente; a «Baixa» aglomerava-se a Norte; por que não fechar também o Terreiro pelo Nascente, e harmonizá-lo em unidade global, sem o arrancar à visão permanente da vastidão aliviadora do Tejo?

Não podia ficar de todo fechada a praça entre os edifícios a construir; aberta havia de permanecer ao trânsito de N.-S. e O.-E., qualquer que fosse a estrutura dos blocos habitacionais na área da «Baixa», que cercava o Terreiro do Paço. Arquitectos e engenheiros, integrados na experiência e na visão suprema de Mafra, encontraram a solução.

O espaço ou grande pátio central do convento aí está na formação quadrangular do Terreiro do Paço; não podia fechar ao Sul por fachada imponente, que prejudicaria a perspectiva fluvial e a sua aplicação prática; a frontaria passou então do primeiro para o último plano, isto é, recuou para o fundo do enorme pátio central; as faces laterais estenderam de N. a S., aproximando-se do rio pelo Sul e encostando à «Baixa» pelo Norte. A fachada, ao fundo, não tem no centro a frente de capela, como em Mafra a Basílica; substituiu-a o «arco da Rua Augusta», onde principia, ao centro da Baixa, a rua deste nome; o arco monumental, que foi edificado mais tarde, e, como

está, não é da traça primitiva, corresponde ao pórtico do Palácio da Ajuda. O Paço quincentista rematava, a Sul, por torreão setecentista com coruchéu (1); tanto na primeira planeação como na definitiva, as duas faces laterais rematam em torreão quadrangular, saliente, segundo o modelo sugestivo de Mafra. Estas duas alas, em vez de ficarem encorporadas na fachada fundeira, deixam intervalo necessário ao trânsito O.-E., consoante ao que se pretendia.

Na Estampa I, as formas das plantas abertas e fechadas representam como os edifícios passaram do tipo de Mafra para o do Terreiro do Paço; as variantes estão dentro do segundo tipo, muito embora apresentem modificações, que não destruíram o esquema geral, ou generalizado ao sabor das circunstâncias locais, tradicionais ou pessoais.

A Estampa II dá-nos a perspectiva do convento de Mafra: a da fachada frontal, desenvolvida a O., e a da diagonal, de N.O. a S.O., que evidencia o volume do torreão e a respectiva projecção sobre o bloco estrutural. A Estampa III permite a comparação entre a fachada principal do convento de Mafra e a do Palácio da Ajuda.

As Estampas V a VII facultam, sem outros apontamentos elucidativos: o paço manuelino do Terreiro do Paço, demolido em 1755; o primeiro plano de aproveitamento do Terreiro, adaptado às condições postas pelo projecto geral da reconstrução pombalina da «Baixa»; aspectos da realização definitiva da obra; todo o edifício contornante ou os três edifícios concordantes, como parcelas integradas no mesmo todo. O conjunto foi to-

---

(1) O paço manuelino da Ribeira sofreu modificações e novos arranjos nos reinados de D. João III e Filipe I. No lugar do torreão actual do extremo na ala ocidental, sobre o rio, pompeava no paço de D. Manuel outro, levantado pelo architecto Filipe Terzi, como se vê na Est. V. Inspirou a tentativa restauradora, indicada na mesma Est., e o plano definitivo; só lhe faltou o coruchéu ou cúpula como o lanternim terminal. Filipe Terzi ou Tércio, architecto italiano, que esteve em Portugal de 1576 a 1597, «il a introduit dans son architecture, avec la dignité des formes classiques, le sens de l'espace, qui contenait en germe le baroque». Reynaldo dos Santos, L'ART PORTUGAIS, Lisboa, 1949, pág. 23. Foi a igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa, a obra dele que maior influência exerceu em Portugal (Id. id.).

mado pelas secretarias permanentes do Estado. Novidade própria é a construção das «Arcadas» contínuas, a ocuparem, como passeio coberto, todo o âmbito dos edifícios: são as «Arcadas» ou «Arcadas do Terreiro do Paço».

\*

Outros edifícios manifestam, mais ou menos claramente, as relações familiares deles com a arquitectura da «Escola de Mafra». O de maior imponência é o *Palácio de Queluz* (entre Lisboa e Sintra). Palácio rural, enfrentado por um terreno exterior, espécie de Terreiro do Paço em pleno campo, hoje incorporado na vila de Queluz, deve ser considerado sob dois aspectos, ambos externos. Um deles é mais antigo, voltado para o Terreiro; forma a fachada exterior, com o centro ou entrada sob a portaria de arcos e frontão médio por cima de um janelão: o pátio rectangular, pequeno, entre alas rectilíneas, a prolongarem-se, uma e outra, em arco aberto para fora, com remate coruchado pelo Sul, inexistente no extremo oposto: o prolongamento curvilíneo é de pavimento térreo, enquanto as alas cantonais têm andar superior. A extremidade setentrional teria tido alvez coruchéu, simétrico da oposta, que serve à formosa capela do palácio; quando foi aberta passagem pelo Norte para os campos exteriores, teria sido destruído o comportamento extremo com o coruchéu, que o rematava. O interesse especial desta parte do palácio está na original disposição da linha arqueada com simetria, e na movimentação dos paramentos, quer em altura, quer em ondulação na horizontal.

O outro aspecto é caracteristicamente setecentista; vira para os jardins posteriores, ou seja para o lado das dependências de fruição ao ar livre, e de encanto vedado a estranhos. Ora o traçado desta parte, a de opulência artística, encenação de esmerada vida palaciana, denuncia mão de architecto de Mafra, e teve-o em Mateus Vicente de Oliveira, que, discípulo de Ludovice, interveio em outras obras de mérito. Se a arquitectura exterior é sóbria, a dos jardins mostra valiosa e forte decoração. Mateus Vicente marcou presença, que os continuadores respeitaram em sensível unidade de inspiração e elegância. Não lhes pertence a decoração, umas vezes elegante, outras vezes

mais de intenções de cenografia inoportuna: resultado característico da actividade do decorador-jardineiro, que foi o francês Robillion, o qual, por ser francês, trabalhou com a formação recebida e desenvolvida a seu tempo em França; esta circunstância pessoal, e o período em que as obras do palácio e o arquitecto-jardineiro coincidiram, levou muitos críticos e comentadores, mais pretensiosos que realistas, a considerarem Queluz a autêntica Versalhes portuguesa.

O palácio, deste lado dos jardins e dos parques envolventes pelo Sul e Poente, forma a fachada nobre, que constitui o centro estético, na disposição correspondente ao pátio aberto, que sugeriu em Lisboa o Terreiro do Paço. Em vez, porém, do simples pátio ou do campo livre do Terreiro do Paço e de outras composições afins, aqui, em Queluz, o espaço limitado pela fachada ao fundo e pelas fachadas laterais, surtas em ângulo recto, é todo coberto de jardins e semeado de figuras escultóricas. As fachadas laterais não equilibram com harmonia o conjunto: ao centro, a «fachada de cerimónia», ou «nobre», mantém o desenvolvimento simétrico de Mafra, bem distinta das abas, com as janelas de sacada e o frontão triangular no alto. A fachada lateral esquerda combina com a feição da fachada a que se encosta; a fachada lateral oposta quebra porém a harmonia do conjunto, tanto na forma e na extensão como na altura, pois tem apenas o andar térreo, enquanto a do outro lado, como na fachada, se sobrepõem dois pavimentos; é mais curta, e remata em cenografia incongruente de Robillion, arquitecto-decorador francês.

Pelo Nascente do Jardim central, «Jardim de Neptuno», a ala deste lado é por sua vez continuada por outro desenvolvimento, que também dobra em ângulo recto; para evitar confusão de ligações e empastamento de partes distintas, a face a N. encosta com o seu andar térreo à ala N.-S., anterior, com dois pisos ou andares, como já foi dito; segue assim mesmo, em andar baixo, até ao extremo meridional, que entesta com o parque. Ao centro desta extensa galeria baixa há um pavilhão mais alto com seu portal de paramento saliente, com frontão curvilíneo. Este recanto, mais sóbrio que a «fachada de cerimónia», mantido no ambiente comum, não foge ao modelo praticado, a que falta apenas encerramento pelo lado do parque, no entanto suprida a ala desta banda pela

balaustrada surpreendente da «Porta dos Cavalinhos»; estende-se no traçado das duas fachadas e da balaustrada o «Jardim da Manga»; a construção, internamente, completa as serventias do palácio e pelo jardim continua o do centro, conhecido por «Jardim de Neptuno». Est. VIII.

\*

Note-se o ar de família, — que não é de origem casual, mas de estirpe visivelmente comum, — existente nestes três palácios portugueses: *Palácio Real da Ajuda* (Lisboa), *Palácio da Brejoeira*, nas cercanias de Monção (Alto Minho), (1) e *Solar da Insua*, em Penalva do Castelo (Beira Alta). Todos do final do século XVIII e primeiro quartel do imediato, verificar-se-lhes-á a identidade estrutural, mais opulenta nos dois primeiros, menos cenográfica e rica, no da vila beirão. O da Ajuda e o da Brejoeira estão dentro dos moldes directamente nascidos do convento de Mafra: jogo de volumes, simetria, na fachada principal, centro realçado, torreões nos extremos (2). Os trabalhos de construção do Palácio da Ajuda, foram desde 1794, mais propriamente de 1802, a 1833; os do Palácio da Brejoeira estenderam-se dentro destes extremos, de 1806 a 1828.

O de Penalva do Castelo é contemporâneo das demoradas obras dos primeiros, mas integrado numa corrente construtiva, já mencionada quando se fez referência às influências portuguesas no plano do convento de Mafra, corrente que é a da fachada aberta em galeria ou maciça, prolongada de torreão a torreão terminais. Falta-lhe o movimento com que deparamos agradavelmente nos anteriores; por isso, não tem o pórtico volumoso, que se espe-

---

(1) Na freguesia de São Cipriano de Pinheiros, a 3 km. da Vila.

(2) Lenda, que pode muito bem aplicar-se a outros casos, mostra a grandiosidade triunfante na paisagem do recanto campestre em que estadeia o palácio da *Brejoeira* (dos Barões da Brejoeira, Pereiras Velhos de Moscoso). O «rei» soube que o palácio tinha tantas janelas como o palácio real. Deu ordem para que tapassem uma; assim fizeram os do palácio minhoto, e uma janela foi fechada na frontaria. Não há na lenda princesas encantadas nem adormecidas no bosque; a diferença, porém, entre as casinhas aldeãs e a enormidade teatral do palácio, bastara para criar a fantasia.

rava, à vista deles; os torreões, dominantes como os de Lisboa e Monção, é certo, manifestam pelas ameias do terrado que provêm das antigas torres defensivas, embora o conjunto se integre na corrente, que o Palácio da Ajuda criara. Mais modesto, menos pomposo, impõe-se. Parques e jardins criaram ambiente rural aos palácios do Minho e da Beira. Planeados também no de Lisboa, não chegaram todavia a execução; as invasões napoleónicas, com a retirada da Família Real e do Ministério para o Brasil, suspenderam as obras do palácio e a realização do ajardinamento de ambiente rural, que lhe formaria, como em Queluz, moldura encantada e encantadora. Est. III e IV.

**IV.** Outros palácios de Lisboa, manifestam concordâncias com a estrutura da Escola de Mafra. O mais curioso na sua elegância pitoresca é o que se nos depara na Junqueira, da parte do Norte, distinto de todas as casas, que a E. e O. alinham com ele. Artur Lamas, morador na vizinhança, publicou alguns comentários com o nome comum de *A Rua da Junqueira*; referindo-se ao palácio setecentista, fundado em 1734, escreveu: «a graciosíssima casa-nobre, que foi de Lázaro Leitão, e hoje pertencente ao Sr. Visconde do Marco, feita pelo engenheiro *Carlos Mardel*» (1). Sublinho especialmente o nome do architecto. Outro trabalho monográfico do mesmo autor, agora dedicado unicamente ao palácio, tem o título de *A Casa-Nobre de Lázaro Leitão*. Subtítulo ou, melhor, complemento liga o segundo ao primeiro livro: «no Sítio da Junqueira (Extra-muros da Antiga Lisboa)». (2) A pág. 134, lê-se o que se segue: — «Não deixou Lázaro Leitão indicado claramente o nome do architecto que fez a sua bela casa na Junqueira; mas deixou alguns documentos que a seguir vou extrair, dos quais se depreende que foi Carlos Mardel.» Longa lista de documentos prova que foi este o architecto da casa. Carlos Mardel foi também o autor da reconstrução da Igreja de São Domingos, destruída pelo terramoto de 1755; principiaram as obras em 1758.

(1) A. Lamas, *A Rua da Junqueira*, sep. da rev. *Arqueologia e História*, vol. I, Lisboa, 1892, p. 9.

(2) Id., *A Casa-Nobre de Lázaro Leitão...*, Lisboa, 1925, p. 134. Os documentos sucedem-se a partir desta mesma página.

Na casa-nobre observam-se na fachada os dois simulacros dos torreões, mas de facto torreões, se bem que de pouco vulto, notáveis na pequena altura da frontaria, e no lugar próprio. A ginástica movimentada nas horizontais e nas verticais, os avanços e os recuos, mais ou menos pronunciados, caracterizam a influência sugestiva do modelo temático do período artístico.

\*

Na Est. VIII há reprodução de dois palácios em lugares muito afastados, embora de traça do mesmo modelo de corpo central, recuado até ao fundo, mais ou menos aparatoso, entre alas avançadas: em ambos os edifícios, o pátio é fechado para o exterior por uma colunata, no primeiro, por parede com pórtico majestoso, no outro. Aquele é o Palácio dos senhores Morgados de Mateus, nas cercanias de Vila Real; o segundo conhece-o Lisboa por «Palácio Galveias», no Campo Pequeno: foi dos Távoras até 1759, passando depois à casa dos Galveias, pelo quinto Conde, D. João de Almeida de Melo e Castro.

O solar de Mateus tem na história da arquitectura portuguesa lugar importante. É majestoso, no conjunto, e bem regulado no equilíbrio da composição artística. O morgadio de Mateus foi criado por António Álvares Mourão em 1620; o palácio foi edificado pelo morgado António José Botelho Mourão, neto do instituidor do Morgadio. Américo Brasiliense Antunes de Moura publicou *Governo do Morgado de Mateus no Vice-Reinado do Conde da Cunha*, em São Paulo (Brasil), 1938; no capítulo IV, de pág. 35 em diante, ocupa-se da genealogia dos morgados, até D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, que foi nomeado por D. José para o cargo de Governador e Capitão-general na Capitania de São Paulo. De casamento lhe nasceu no Porto em 1758 o primogénito D. José Maria de Sousa, que «foi diplomata de invulgar ilustração, destinado a tornar célebre na história literária o nome de morgado de Mateus»: quis assim referir-se à sua opulenta edição dos *Lusiadas*. (1)

---

(1) O livro tem o subtítulo de «S. Paulo Restaurado». O trabalho foi premiado no terceiro concurso de história do «Departamento Municipal de Cultura» informa uma nota. É separata da *Revista do Arquivo Municipal*, N.º LII, S. Paulo, 1938, pp. 35-38.

D. Luís nasceu em 1722; o pai, António José Botelho Mourão, «aumentou consideravelmente o brilho da sua casa, tendo edificado em Vila Real o famoso palácio de Mateus, que até os nossos dias se distingue como uma das mais nobres residências portuguesas, a dos condes de Vila Real, herdeiros do morgadio por sucessão directa» (1).

O Palácio Galveias tem outra fisionomia; enquanto o de Mateus é mais alegre e aliciador, o de Lisboa manifesta porventura mais nobreza, mas recatada com exagero seiscentista para se impor. Neste, pátio fechou aos olhares curiosos, não excedendo o que lá está, para não parecer fachada prisional. Em Mateus, em vez do muro rendilhou obstáculo a balaustrada, pela qual, quem o quisesse ou por ali passasse, poderia ver e não apenas espreitar o interior por cima do ombro e nas pontas dos pés. Particularidade curiosa no segundo palácio é a de as alas terem sido prolongadas pela frente e pelas traseiras; com o corpo central rectangular, a prolongar-se pelas alas nos dois sentidos, o traçado tem a forma de grosso H. Idêntica disposição tem na Capital o palácio dos Marqueses de Fronteira; com as ampliações do século XVIII, o pátio de honra apresenta as duas alas, que o formam entre si, embora desiguais; a vedação é gradeada, não falta o reflexo dos pavilhões terminais das alas e das galerias transversais; aqui, porém, sofreram deslocação necessária à estrutura do pátio e das alas. Cassiano Neves aponta-as na monografia do Palácio, quando descreve o portão da entrada: — «...Para onde se entra por um imponente portão, ladeado dum gradeamento, arrematando em cada um adas suas extremidades por interessantes pavilhões quadrangulares, encimados por uma figura mitológica» (2).

«Foi o grande terramoto (diz também) que deu origem à ampliação da primitiva casa de campo, ou pavilhão de

---

(1) O A. firma-se em Silveira Pinto, *Resenha das Famílias Titulares de Portugal*, T. II, p. 762, e Canaes de Figueiredo, *Costados das Famílias Illustres*, T. I, p. 62, sem esquecer Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, T. 5, p. 121, e 11, pp. 129, etc., cfr. n.º 1.

(2) José Cassiano Neves, *Jardins e Palácios dos Marqueses de Fronteira*, Edição da Câmara Municipal de Lisboa (1.ª em 1941, 2.ª em 1954), pp. 29-30 e 34. Citação de Gabriel Pereira, *Pelos Subúrbios e vizinhanças de Lisboa*, Lisboa, 1910.

caça, (séc. XVII) para casa de habitação, e que só depois dessa data foi a família Fronteira para Benfica» (1).

O traçado em H, obtido pelo prolongamento das alas, como foi dito, difere acidentalmente de um para o outro destes palácios: à frente, abre o «pátio de honra», igualmente; atrás, — no dos Galveias um terrado amplo, no primeiro andar, que as alas fecham, e deixam aberto sobre a antiga quinta; — no dos Fronteiras, fachada corrida não alinha com os topos avançados das alas, que assim reflectem os pavilhões e o são de facto, rematados piramidalmente. Est. VIII e IX.

Outro palácio, ainda, mais volumoso e alto, mas de massa que se esvai na variedade de planos e de linhas, elegantemente obtida, é o do Marquês de Pombal, em Oeiras. Foge ao traçado corrente no século XVIII e fora das características comuns, apontadas. Repetem-se recantos, saltam esquinas, repousam estantes horizontais, e impõem-se os coruchéus pontiagudos.

Pode-se acrescentar mais outro palácio de Lisboa, que também como o de Lázaro Leitão, na vizinhança, foi estudado por Artur Lamas. Fica, pois, como este na Rua da Junqueira, e é conhecido pelo nome de «Casa das Águias», porque nos esteios do portão do jardim para a rua, poisam duas destas aves, de pedra. Título da monografia mencionada: *A Quinta de Diogo de Mendonça no Sítio da Junqueira* (2). É de planta quadrada, cantonada de paramentos turriformes, com remates piramidais; as fachadas vão de torre a torre, percorridas por galeria e varanda. O dono da casa, Diogo de Mendonça Corte Real, era filho do Secretário de Estado de D. João V, o qual tinha o mesmo nome. No volume VI da *História de Portugal*, na edição monumental de Barcelos, vem a frontaria do mesmo palácio, em foto-gravura; ilustra o capítulo em que Ângelo Pereira expõe a política e a obra artística do reinado de D. João V (3).

---

(1) J. Cassiano Neves, *Id.*, p. 34.

(2) Artur Lamas, *A Quinta de Diogo de Mendonça*, Lisboa, 1924; reproduz o desenho da casa, de que se vêem a fachada principal, voltada a Sul, e a lateral a Nascente (p. 12).

(3) Este volume VI, ou o fascículo 68 da mesma *História*, porque abrange o período português, correspondente ao reinado de D. João V e às suas manifestações artísticas, reproduz boas fotografias do convento de Mafra.

Epílogo desta curta série de edifícios dignos de atenção, muito especial e douta, compete a um que não é de Lisboa, mas do Porto. É o notável e típico Palácio do Freixo, em Campanhã, que pertenceu aos Távoras, e pelos viscondes de Azurara chegou, em 1850, por compra, ao visconde do Freixo, António Afonso Valado. Não é a feição decorativa, de pompa requintada, o que do formoso palácio nos importa aqui. Repare-se na Est. IX. Ressaltam dois apetrechos de valor: a traça arquitectónica — e a cenografia impressionante da decoração, quer tomada na harmonia do conjunto, quer nos pormenores de multipla valorização.

Pondo de parte a segunda observação, fixemos a fachada com as suas virtuosidades; não se parece com outro qualquer palácio dos que ficaram apontados à «Escola de Mafra» e à que lhe sucedeu por ocupação e vigência em Lisboa. Ambiente diverso, escola sem contactos, a que no conjunto, como aquelas, poderia ter-se chamado «Escola do Porto», com Nasoni e colaboradores. No entanto, comparemos o palácio do Freixo e os que, já aparentados entre si, patenteiam um tipo de origem comum. Façamo-lo com as estampas à vista. Não estão neste do Freixo os mesmos caracteres fundamentais, que a decoração não disfarça nem defrauda? As torres sobrepujantes nos cantos como os torreões; a fachada, entre elas, que manifesta claras disposições de frontaria de igreja, a que nem sequer falta o frontão, bem centrado; feição profana, é certo, que muitas vezes encontramos tão palaciana em templos contemporâneos. Varandas, terraços, escadas exteriores, a que de baixo ao alto servem de guarnição magnífica as balaustradas uniformes em toda a extensão por elas ocupada. De pleno século XVIII belo exemplo da escola portuguesa de então o afirmou Watson (1).

Seria útilmente comprovativo que apresentássemos uma série fotográfica de edifícios nobres, com as variedades e modificações das fachadas cerradas ou abertas

---

(1) Carlos de Passos comentou o «problema insolúvel» da «fundação deste belo e pitoresco palácio», em *Guia Histórica e Artística do Porto*, Porto, 1935, págs. 268-273, cap. «Palácio do Freixo» com gravura. O autor descreve o monumento.

em galeria, bem como da existência de torreões ou torres, e de seus derivados. Alongaria a nossa exposição (1).

V. Não foi somente na architectura civil que Mafra com a sua Escola influiu. Também estendeu sugestões de modelo e architectos hábeis à construção religiosa. Nem admira, se atendermos a que a Basílica do Convento levanta a imponência de igrejas de Roma, pelo que foi dito e repetido não ir além de próxima cópia. Os zimbórios de Roma, o da Basílica de S. Pedro em primeiro lugar, os de Florença, etc., estariam ali. Com o mesmo alfabeto dos sons, porém, a música é sempre música.

O principal reflexo da «Basílica de Mafra» foi a também Basílica do Coração de Jesus, vulgarmente conhecida por Igreja e também «Basílica da Estrela», por ficar no «bairro da Estrela», em Lisboa. Fundada por D. Maria I, foram seus architectos Mateus Vicente e, depois deste, Reinaldo Manuel; a primeira pedra foi lançada em 1776; começaram as obras de construção em 1779 e prolongaram-se até 1789, ano em que foi inaugurado nela o culto.

A Est. II representa de perfil a Basílica do Real Convento de Mafra, no centro da majestosa fachada principal. Tome-se a Est. X; a gravura mostra a frontaria da Basílica do Coração de Jesus ou da Estrela; de perfil, como a de Mafra; independente, sem o enquadramento do convento; na maneira da lição recebida e transmitida a Lisboa, ninguém negará que a Basílica da Capital portuguesa representa perfeitamente o modelo. Na estampa lá estão as torres esbeltas e, em posição recuada, entre elas, o zimbório perscrutador, o melhor mirante ou miradouro da Cidade. Todavia, o perfil do zimbório alerta ainda a grandeza artística e dimensional, que o architecto lhe attribuiu: também aqui as duas torres têm maior projecção de porte, a aproximá-las mais e melhor das de Mafra.

---

(1) A série aludida chegou a estar formada: reunia exemplares característicos do Minho, Trás-os-Montes e Beiras.

Não é a Basílica da Estrela a única igreja dotada de zimbório. Entre Belém e a Ajuda, ao alto da Calçada do Galvão, que ladeia pelo Poente o Jardim do Ultramar, ergue-se numa praça a Igreja da Memória, correntemente conhecida por a «Memória»: provém de voto feito por D. José, que no lugar saiu ileso do histórico atentado. Com zimbório sem acompanhamento triunfal de torres, como em Mafra e na Estrela, tem nobreza na simplicidade.

Xavier da Costa referiu-se aos «arquitectos proficientes [de Mafra], que vão aparecer na época pom-balina» (1). João Barreira, em *Notas sobre Portugal*, deixou este comentário, quando dissertava acerca de *A Architectura em Portugal*: — «da reconstrução de Pom-bal, talvez pela sua urgência, nenhum facto novo aparece na expressão architectónica que se conserva fiel às suas antecessoras: assim se levanta a soberba Praça [o «Terreiro do Paço», oficialmente «Praça do Comércio»], a igreja da Memória, as mais interessantes partes do palácio de Queluz, a Basílica da Estrela e a preciosa igreja de Santo António à Sé» (2).

Faltou a João Barreira a justa referência à capela-mor da igreja de São Domingos, nas vizinhanças do Rossio; foi construída pelo risco de Ludovice, o mestre de Mafra, em 1748. Diogo de Macedo, aludindo ao convento de Mafra, louvou a «harmonia dos planos com as massas que «só têm rivalidade na harmonia do jogo das curvas com aquela floresta de rectas» (3). Carlos de Passos manifestou por sua vez a opinião concordante: — «Cumpre-nos... reconhecer francamente que [a Ludovice] não lhe falecia o valor artístico, que era notável construtor, devendo-se-lhe o estabelecimento das boas regras da architectura clássica, de sobejo expressas quer em Mafra quer nas suas restantes obras» (4). Nomeia

(1) Aires de Carvalho transcreve a referência: cfr. *A Escultura em Mafra*, já cit., pág. 6, quando faz a crónica de «O Monumento», págs. 5-9.

(2) João Barreira, loc. cit. em *Notas sobre Portugal*, vol. II, Lisboa, 190, pág. 234.

(3) Aires de Carvalho, no mesmo livro: pág. 7.

(4) Carlos de Passos, *Mafra*, já cit. (n.º 5), pág. 28.

depois essas «restantes obras»: — «*Capella-mor de S. Domingos* de Lisboa, dita da Sé de Évora, *portal da Patriarcal* (hoje em S. Domingos), o seu palacete no alto da calçada da Glória» (1).

O terramoto de 1755 destruiu a igreja de São Domingos; a capela-mor resistiu perfeitamente ao sismo; a igreja foi reconstruída, a partir de 1758, por Carlos Mardel. O pórtico actual não procede, note-se, desta restauração do templo; traçado em 1748 por Ludovice para a Igreja Patriarcal joanina, vizinha do Paço da Ribeira, e também arruinada pelo sismo, foi aproveitado e adaptado à frontaria da igreja de São Domingos restaurada. A estatuária da capela de Ludovice teve por autor António de Pádua, que manteve a concordância com a da «Escola de Mafra». Agora que o incêndio de 1959 arruinou o templo e, desta vez com ele, a capela-mor, é justo recordar pela imagem o que foi. Est. XI. Vale-o por inteiro a imponência arquitectónica, digna de um recanto da Basílica de Mafra. O grupo escultórico, a brotar do frontão interrompido, como de cratera de vulcão activo, figura a Virgem no acto da coroação, — no alto—; o par de anjos voantes, a ladearem o tabernáculo eucarístico, onde arde a lava, que sobe ao frontão, — em baixo, sobre o altar; — a meia altura, as estátuas, alvíssimas do mármore na meia penumbra da capela, de São Domingos, em majestade patriarcal, do lado da Epístola, e de São Francisco, enternecido na contemplação do Crucifixo, do lado do Evangelho: — toda esta escultura formou como apoteose o fundo animado, vivo, à elegante manifestação das harmonias arquitectónicas entre as curvas e as rectas da apreciação de Diogo de Macedo. Agora, depois do incêndio, a que não escapou a capela, está irreconhecível, trágicamente.

\*

Porque foram lembrados outros templos setecentistas, relacionados com a arquitectura dominante e com os architectos de Lisboa, remate-se a sucessão de exem-

---

(1) C. de Pasos, Id., pág. 28, n.º 1. A saliência do tipo não pertence ao respectivo autor.

plares com a observação das imagens das fachadas das igrejas de São Domingos, de Santo António da Sé (ou seja de Santo António, junto da Sé) e do Colèginho, em Lisboa. Est. XII.

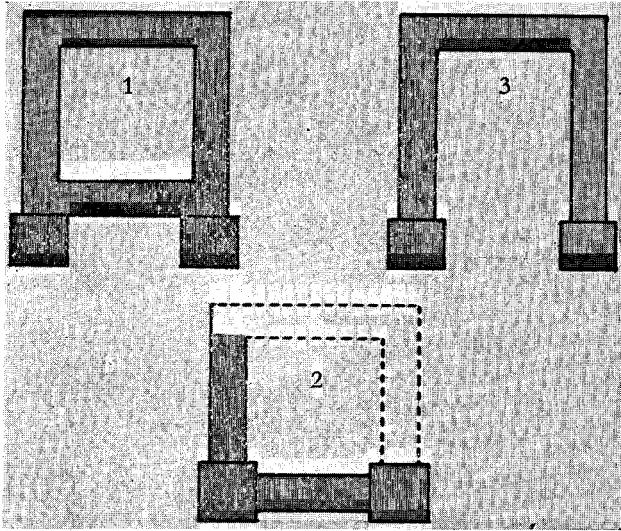
Embora tenha sido por vezes mencionada a casa de Ludovice, diante da Alameda de São Pedro de Alcântara ou em focal posição ao alto da Calçada da Glória, não se impõe, pelo assunto desta exposição, que nos detenhamos por causa dela, que a lição está acabada.

«— A Real Basílica do Coração de Jesus faz honra à memoria da Senhora Rainha D. Maria I.» (pág. 137).

«— Mateus Vicente fez também o Convento, e Basílica do Coração de Jesus, obra sumptuosa.» (pág. 158).

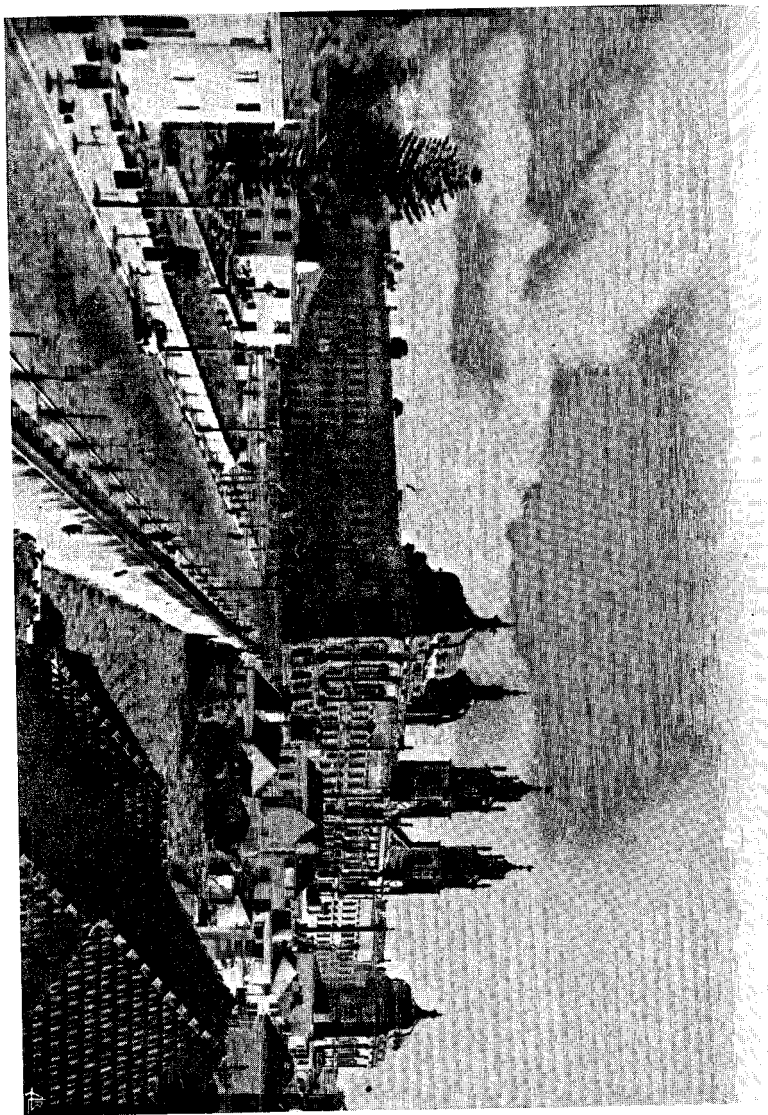
«Hum dos que mais se distinguirão na «Obra de Mafra» foi o Major Matheus Vicente... foi Architecto da Casa do Infante, e Senado da Camara. Fez parte do Palacio de Queluz, sendo a outra parte com as decoracões dos jardins, de João Baptista Robilhon» (pág. 158). Cyrilo Volkmar Machado, COLLECÇÃO DE MEMÓRIAS, Coimbra, 1922.

EST. I



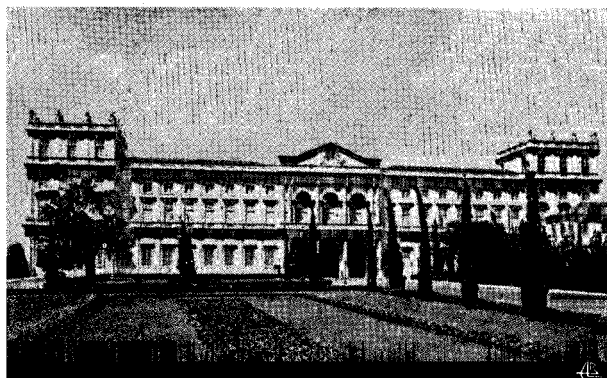
- 1 — Planta fechada, completa (Mafra); fachada frontal, dianteira; pátio fechado.
- 2 — Planta fechada, interrompida (Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda).
- 3 — Planta aberta, à frente, com a fachada principal ao fundo do pátio aberto.

Est. II

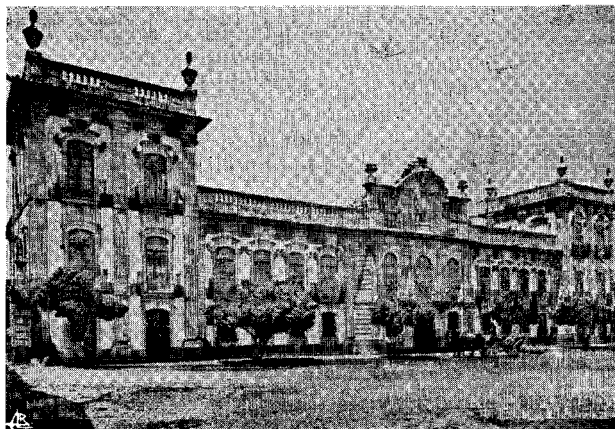


*Convento de Mafra. A fachada frontal a O.*

(Fotografia cedida pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Pereira Cunha e Costa, de Mafra).

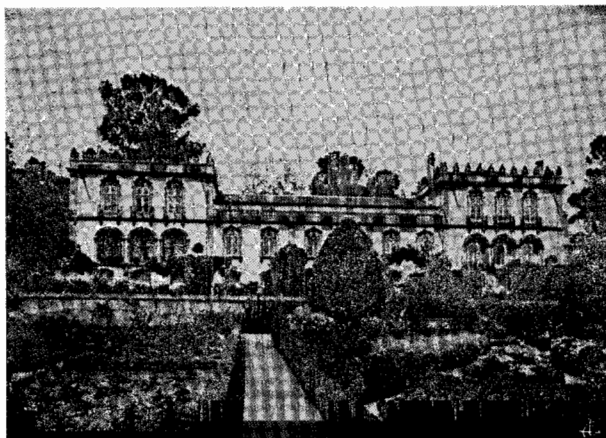


*Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa.*

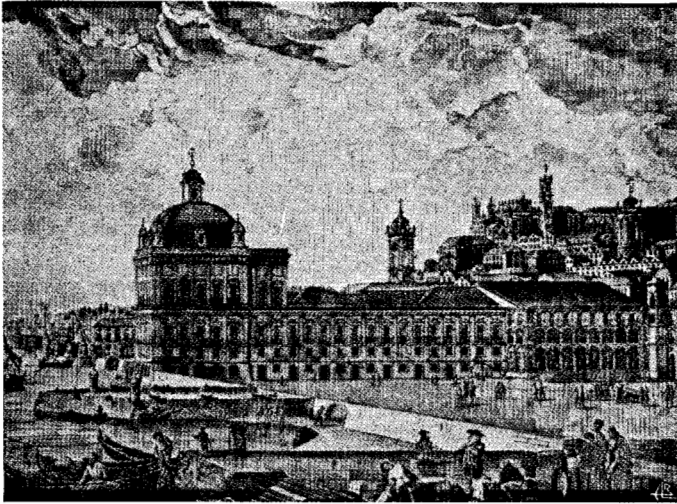


*Palácio da Brejoeira, nas vizinhanças de Monção, Distrito de Viana do Castelo (Alto Minho).*

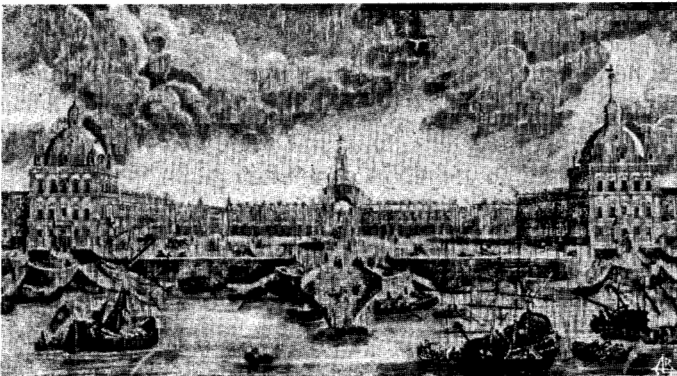
Est. IV



*Solar da Ínsua, em Penalva do Castelo, Beira Baixa.*

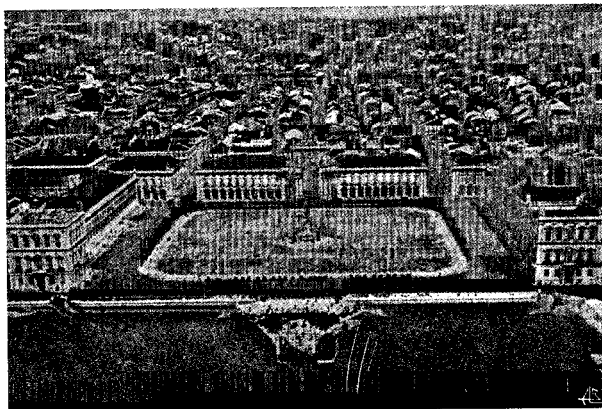


1 — O Paço quinhentista de D. Manuel I, ou Paço da Ribeira, no Terreiro do Paço (Praça do Comércio), em Lisboa, arruinado pelo terramoto de 1755.

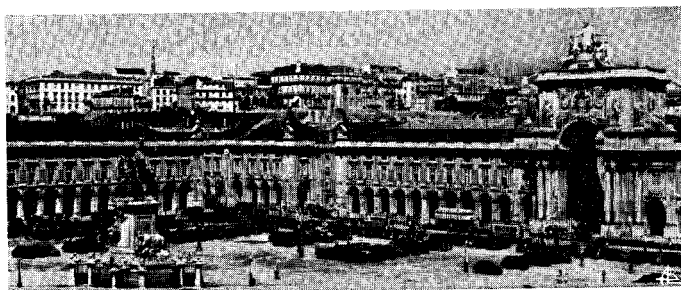


2 — O primeiro projecto de restauração e transformação do Terreiro do Paço.

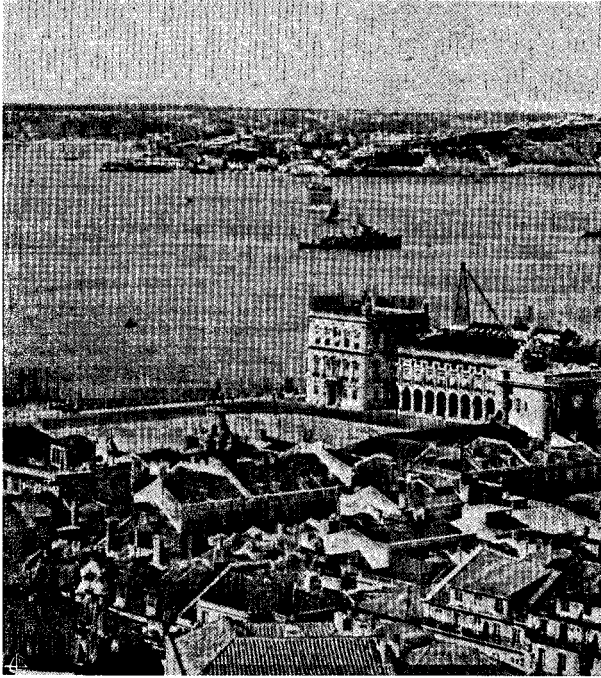
EST. VI



*Vista aérea do «Terreiro do Paço», que mostra o conjunto da praça e as aberturas expostas ao trânsito urbano.*

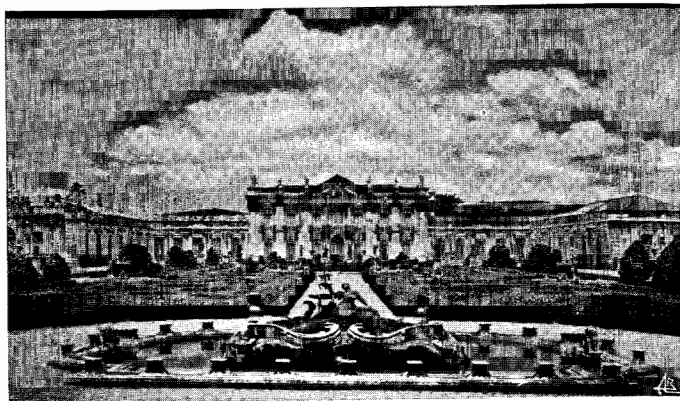


*Canto N. O. do «Terreiro do Paço», com as arcadas e o arco triunfal, ou «Arco da Rua Augusta».*

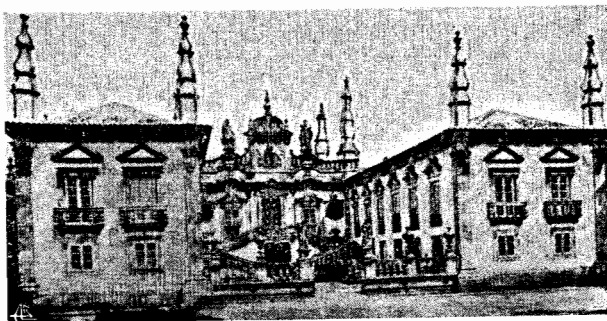


*O torreão de S. O., do «Terreiro do Paço» e o trecho da ala ocidental, que remata; era ali o Paço manuelino da Ribeira, com o torreão filipino.*

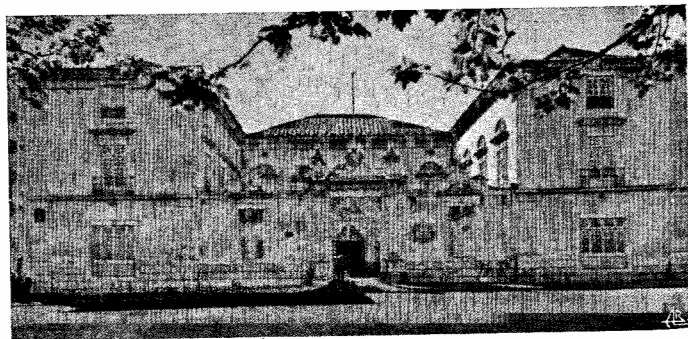
EST. VIII



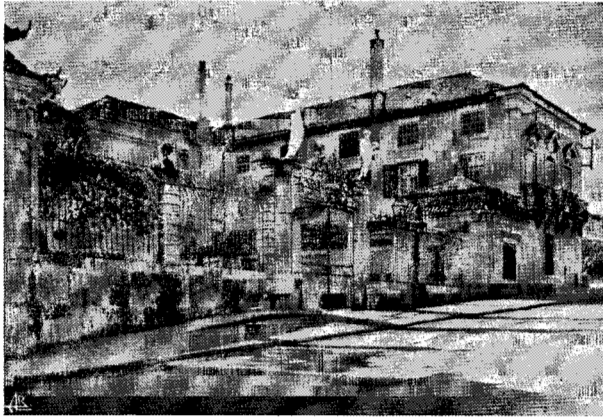
*Palácio de Queluz. A «fachada de cerimónia», em frente do Jardim de Neptuno.*



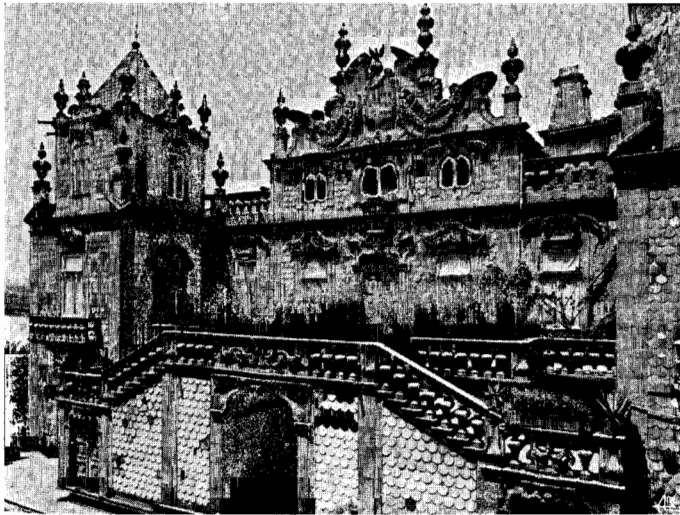
*Palácio de Mateus, nas cercanias de Vila Real, Trás-os-Montes.*



*Pequeno).*



*Palácio dos Marqueses de Fronteira, em Lisboa  
(S. Domingos de Benfica).*

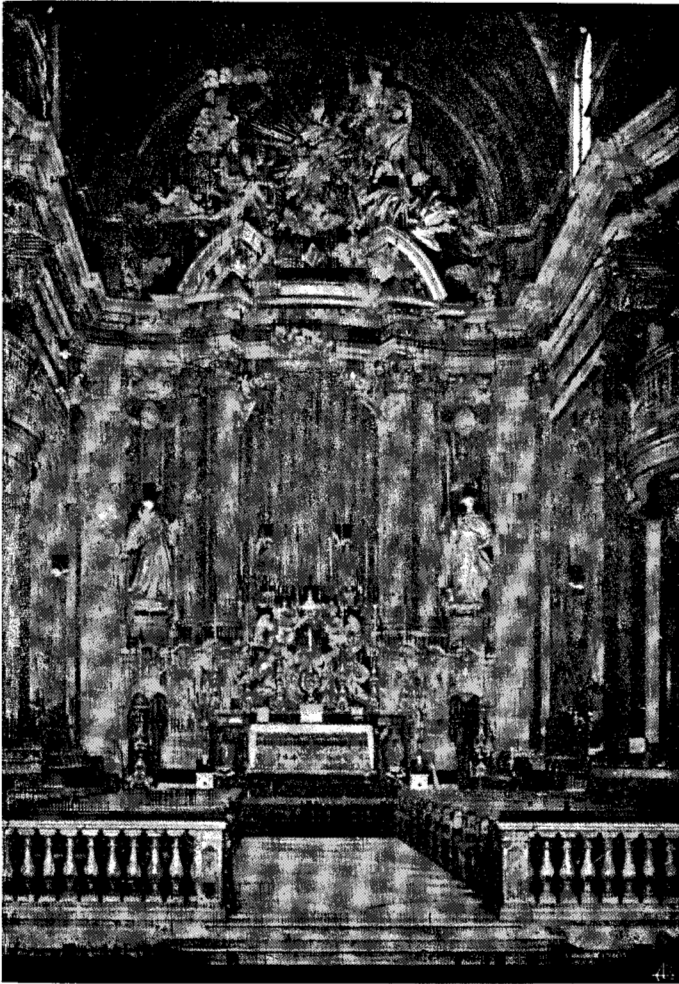


*Palácio do Freixo, em Campanhã, no Porto.*

Est. X



*Basilica do Coração de Jesus, ou da Estrela, em Lisboa. Compare-se com a Basilica do Convento de Mafra (Est. II).*



*Capela-mor da Igreja de São Domingos, em Lisboa, magnífico exemplar do arquitecto Ludovice, do Convento de Mafra, hoje arruinada pelo incêndio da igreja em 1959.*

EST. XII



1 — *Frontaria da Igreja de São Domingos, em Lisboa.*

